

# ÍNDICE

<b>Abreviaturas .....</b>	<b>VII</b>
<b>ARTS. 1º E 2º — HAMILTON DIAS DE SOUZA .....</b>	<b>1</b>
<i>Art. 1º .....</i>	<i>1</i>
1. Sistema tributário nacional .....	2
1.1. Organicidade do sistema tributário .....	2
1.2. Classificação dos sistemas tributários .....	4
1.3. Estrutura .....	5
1.4. Princípios constitucionais .....	7
2. Normas gerais de direito tributário .....	9
2.1. Fundamento constitucional do Código Tributário Nacional .....	9
2.2. Campo específico da lei complementar prevista no art. 146 da CF de 1988 .....	10
2.3. Limitações constitucionais ao poder de tributar .....	11
2.4. Normas gerais em matéria de legislação tributária .....	11
2.5. A lei complementar de normas gerais não cria tributos .....	15
2.6. O Código Tributário Nacional tem eficácia de lei complementar .....	16
2.7. Legislação complementar, supletiva ou regulamentar ...	17
<i>Art. 2º .....</i>	<i>17</i>
3. Leis complementares .....	18
4. Resoluções do Senado Federal .....	18
5. Competência das ordens parciais de governo .....	19
6. Medidas provisórias .....	19
<b>ARTS. 3º A 5º — HUGO DE BRITO MACHADO .....</b>	<b>23</b>
<i>Art. 3º .....</i>	<i>23</i>
1. Conceito legal .....	23
2. Análise .....	23
2.1. Toda “prestação pecuniária” .....	24
2.2. “Compulsória” .....	24

2.3. “Em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir” .....	25
2.4. “Que não constitua sanção de ato ilícito” .....	27
2.5. “Instituída em lei” .....	28
2.6. “Cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada” .....	29
<i>Art. 4<sup>o</sup></i> .....	31
3. Natureza jurídica específica do tributo .....	31
<i>Art. 5<sup>o</sup></i> .....	34
4. O tributo e suas espécies .....	34
4.1. Imposto .....	35
4.2. Taxa .....	36
4.3. Contribuição de melhoria .....	37
4.4. Contribuições sociais .....	40
4.5. Contribuição de iluminação pública .....	40
4.5.1. Emenda Constitucional n. 39 .....	40
4.5.2. Importância dos conceitos jurídicos .....	42
4.5.3. Importância dos conceitos na qualificação das espécies tributárias .....	44
4.5.4. Identificação da espécie tributária .....	47
4.5.5. A denominada “contribuição” para custeio da iluminação pública .....	48
4.6. Empréstimos compulsórios .....	52
4.7. Tributo oculto, taxa e encargo contratual .....	53
4.7.1. Tentativa de justificação como taxa e como encargo contratual .....	53
4.7.2. O valor da outorga como elemento decisivo nas licitações .....	55
4.7.3. O “encargo contratual” como tributo disfarçado ..	56
5. Tributo oculto ou disfarçado .....	56
5.1. Conceito .....	56
5.1.1. Na teoria geral do Direito .....	56
5.1.2. No Direito brasileiro .....	57
5.2. Exemplos de tributos disfarçados ou ocultos no Direito brasileiro .....	57
5.2.1. Valor da outorga .....	57
5.2.2. Sobre preço nos monopólios estatais .....	58
5.2.3. Contraprestação de serviço de uso compulsório ..	58
5.3. Inconstitucionalidade .....	59

5.3.1. Sistema tributário e direitos fundamentais .....	59
5.3.2. Contrariedade ao sistema .....	59
<b>ARTS. 6º A 8º — PAULO LUCENA DE MENEZES .....</b>	<b>61</b>
<i>Art. 6º</i> .....	61
1. Antecedentes .....	61
2. Competência tributária .....	62
3. Federalismo tributário brasileiro .....	66
4. Art. 6º, <i>caput</i> .....	68
5. Art. 6º, parágrafo único .....	69
Jurisprudência .....	70
<i>Art. 7º</i> .....	71
6. Antecedentes .....	71
7. Art. 7º, <i>caput</i> .....	72
8. Art. 7º, § 1º .....	75
9. Art. 7º, § 2º .....	76
10. Art. 7º, § 3º .....	76
Jurisprudência .....	76
<i>Art. 8º</i> .....	79
Jurisprudência .....	80
<b>ARTS. 9º A 15 — FÁBIO FANUCCHI (ROGÉRIO V. GANDRA MARTINS, SORAYA DAVID MONTEIRO LOCATELLI E LUCIANA CAVALCANTE QUARTIN FONSECA — atualizadores) .....</b>	<b>83</b>
Arts. 9º a 15 .....	83
I — Vedações constitucionais ao poder de tributar .....	93
1. Princípio da legalidade .....	93
Art. 9º, I .....	94
2. Princípio da anualidade .....	128
Art. 9º, II .....	128
3. Tributação restritiva ao tráfego .....	147
Art. 9º, III .....	147
4. Princípio da uniformidade (I) .....	149
Art. 10 .....	149

5. Princípio da uniformidade (II) .....	151
Art. 11 .....	151
II — Imunidades tributárias .....	152
Art. 9º, IV, e §§ 1º e 2º .....	152
III — Extensões, limitações e condições para a imunidade .....	168
Arts. 12 e 13 .....	168
Art. 14 .....	171
IV — Empréstimos compulsórios .....	177
Art. 15 .....	177
V — Contribuições parafiscais .....	181
<b>ARTS. 16 A 18 — IVES GANDRA DA SILVA MARTINS .....</b>	<b>183</b>
Art. 16 .....	183
Art. 17 .....	192
Art. 18 .....	193
<b>ARTS. 19 A 28 (IMPOSTOS SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR)</b> <b>— FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA .....</b>	<b>197</b>
1. Imposto sobre a importação. Noções históricas .....	197
2. Comentários .....	200
Art. 19 .....	200
Art. 20 .....	206
Art. 21 .....	209
Art. 22 .....	214
3. Conclusão .....	216
4. Imposto sobre a exportação. Noções históricas .....	216
5. Comentários .....	218
Art. 23 .....	218
Art. 24 .....	220
Art. 25 .....	221
Art. 26 .....	221
Art. 27 .....	222
Art. 28 .....	222
6. Conclusão .....	223
Bibliografia .....	223



<b>ARTS. 29 A 31 (ITR) — MARILENE TALARICO MARTINS RODRIGUES</b>	225
<i>Art. 29</i>	225
1. Introdução histórica	225
2. Imposto territorial rural	230
2.1. Zona urbana e zona rural	230
3. Fato gerador do imposto	233
3.1. Da imunidade	235
3.2. Da isenção	236
<i>Art. 30</i>	237
4. Base de cálculo do ITR	237
5. Lançamento e cobrança do imposto	241
<i>Art. 31</i>	242
6. Sujeitos da obrigação tributária	242
6.1. Sujeito passivo	242
6.2. Considerações sobre o ITR	244
Legislação para consulta	247
<b>ARTS. 32 A 34 (IPTU) — AIRES F. BARRETO</b>	251
1. Retrospecto histórico	251
<i>Art. 32, “caput”</i>	254
2. Aspecto material da hipótese de incidência	255
2.1. Bem imóvel	257
3. Aspecto temporal da hipótese de incidência	260
<i>Art. 32, § 1º</i>	267
4. Aspecto espacial da hipótese de incidência	267
4.1. Zona urbana e zona rural	268
4.2. Imóvel urbano e rústico	272
<i>Art. 32, § 2º</i>	276
4.3. Áreas urbanizáveis e áreas de expansão urbana	276
<i>Art. 33, “caput”</i>	278
5. Aspecto quantitativo da hipótese de incidência	278
5.1. Base de cálculo	278
<i>Art. 33, parágrafo único</i>	283
5.1.1. Exclusão dos bens móveis	283

5.1.2. Atualização da base calculada .....	284
5.2. Alíquota .....	286
Art. 34 .....	287
6. Aspecto pessoal .....	287
6.1. Sujeito passivo .....	287
6.2. Sujeito ativo .....	288
7. Lançamento .....	289
7.1. Notificação do lançamento .....	290
8. Progressividade do IPTU .....	292
8.1. A EC n. 29 e a progressividade .....	300
8.1.1. Imposto real não pode ser progressivo .....	301
8.1.2. IPTU e diferenciação .....	304
<b>ARTS. 35 A 42 (ITBI) — MARILENE TALARICO MARTINS RODRIGUES</b> .....	307
Art. 35 .....	307
1. Introdução histórica .....	308
2. Imposto sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doações e o seu perfil constitucional .....	309
3. Imposto de transmissão <i>inter vivos</i> por ato oneroso .....	312
Arts. 36 e 37 .....	314
4. Imunidade tributária .....	315
Art. 38 .....	316
5. Base de cálculo .....	316
6. Herança e doações .....	317
Art. 39 .....	318
7. Alíquota .....	319
Art. 40 .....	320
Art. 41 .....	320
Art. 42 .....	321
8. Legislação no Estado de São Paulo .....	321
8.1. Incidência .....	322
8.2. Não-incidência .....	324
8.3. Isenções .....	324
8.4. Contribuintes .....	325

8.5. Responsáveis .....	325
8.6. Base de cálculo .....	326
8.7. Alíquota .....	328
8.8. Prazo para recolhimento do imposto .....	328
8.9. Não-pagamento .....	329
8.10. Penalidades .....	330
8.11. Administração tributária .....	331
8.12. Parcelamento .....	332
8.13. Dispensa do pagamento .....	333
9. Legislação no Município de São Paulo — Lei n. 11.154, de 30-12-1991 .....	333
10. Jurisprudência .....	339
10.1. Súmulas do STF .....	339
10.2. Decisões .....	340
11. Legislação para consulta .....	341

**ARTS. 43 A 45 (IR) — HENRY TILBERY (JOSÉ RUBEN MARONE — atualizador) .....** 343

<i>Art. 43</i> .....	343
1. Retrospecto sobre a tributação da renda no direito financeiro comparado .....	344
2. A evolução do imposto de renda .....	347
3. A função do art. 43 do CTN .....	348
4. Análise do texto da lei .....	350
4.1. Renda .....	357
4.2. Proventos .....	358
4.3. A intributabilidade dos acréscimos patrimoniais gratuitos .....	359
4.4. Aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica ....	360
4.5. Renda poupada e renda consumida .....	361
5. O imposto de renda na legislação ordinária brasileira .....	361
5.1. Transição da tributação analítica para a sintética .....	362
5.2. Teoria da fonte e teoria do acréscimo .....	363
5.3. Fato gerador — disponibilidade econômica ou jurídica ..	364
5.4. A tributação dos ganhos de capital no direito positivo brasileiro .....	366
<i>Art. 44</i> .....	368
1. Caracterização da base de cálculo .....	368



2. A apuração da base de cálculo .....	369
2.1. Montante real .....	369
2.2. Montante arbitrado ou presumido .....	372
3. O processo indiciário no direito tributário comparado .....	373
4. “O montante arbitrado ou presumido” na legislação ordinária do imposto de renda .....	375
5. As limitações da aplicação da base de cálculo do imposto de renda pelo montante arbitrado ou presumido .....	379
<b>Art. 45</b> .....	384
1. Sujeito passivo .....	384
2. O sujeito passivo direto — <i>caput</i> do art. 45 do CTN .....	384
2.1. Contribuinte — titular da disponibilidade .....	384
2.2. Contribuinte — possuidor dos bens produtores .....	385
2.3. Legislação ordinária .....	387
2.3.1. O contribuinte do imposto de renda na legislação ordinária .....	387
2.3.2. O possuidor dos bens produtores na legislação ordinária do imposto de renda .....	390
3. A fonte pagadora — parágrafo único do art. 45 do CTN .....	392
3.1. A arrecadação do imposto de renda na fonte no direito tributário comparado .....	392
3.2. Vantagens da arrecadação do imposto de renda na fonte ...	394
3.3. Análise do texto do parágrafo único, art. 45 do CTN ....	395
3.4. O desconto do imposto de renda na fonte na legislação ordinária .....	396
3.5. Omissão de retenção do imposto de renda na fonte (devido a título de antecipação) .....	399
<b>ARTS. 46 A 51 (IPI) — EDVALDO BRITO</b> .....	403
Introdução: histórico .....	403
<b>Art. 46, I a III</b> .....	419
A hipótese do fato gerador do IPI: a) histórico; b) elementos ...	423
IPI sobre produto de procedência estrangeira .....	429
A territorialidade do direito tributário positivo .....	430
IPI sobre a saída de produtos industrializados de estabelecimento de importador, industrial, comerciante ou arrematante .....	434
IPI sobre a arrematação, em leilão, de produtos industrializados apreendidos ou abandonados .....	435



<i>Art. 46, parágrafo único</i> .....	435
<i>Art. 47</i> .....	438
Base de cálculo no caso do inciso I: bitributação resultante da superposição de tributos .....	440
Base de cálculo no caso do inciso II: saída do estabelecimento do importador; do industrial; da pessoa equiparada a industrial; do comerciante que fornece produtos industrializados a industrial; do arrematante de produtos apreendidos ou abandonados ..	442
Base de cálculo no caso do inciso III: preço da arrematação ....	443
<i>Art. 48</i> .....	443
<i>Art. 49, “caput”</i> .....	447
<i>Art. 49, parágrafo único</i> .....	450
O sistema de abatimento. A compensação. O crédito fiscal .....	450
Crédito tributário e crédito fiscal .....	453
<i>Art. 50</i> .....	456
<i>Art. 51, I a IV</i> .....	457
O elemento subjetivo pelo lado passivo .....	457
A imunidade objetiva do IPI .....	458
<i>Art. 51, parágrafo único</i> .....	460
<b>ARTS. 52 A 62 (ICMS) — VITTORIO CASSONE</b> .....	461
1. Antecedentes históricos .....	461
2. Lei complementar e lei ordinária: hierarquia .....	463
3. A LC n. 87, de 13-9-1996 .....	464
4. Regra-matriz — art. 1º da LC n. 87/96 .....	464
4.1. Conceito de ICM na CF 67/69 e na EC n. 23/83 .....	466
4.2. Conceito de ICMS na CF/88 .....	468
4.2.1. Cooperativas .....	469
5. Incidência — o art. 2º da LC n. 87/96 .....	470
Art. 2º, I — Operações relativas a circulação de mercadorias ...	471
Bens do ativo fixo .....	471
Salvados de sinistro .....	471
Art. 2º, I — Fornecimento de alimentação e bebidas .....	471
Art. 2º, II — Prestação de serviço de transporte .....	472
Art. 2º, II — Transporte nas operações de exportação .....	472
Art. 2º, II — Transporte aéreo .....	472

Art. 2º, III — Serviços de comunicação .....	473
Telefone celular — habilitação .....	474
Art. 2º, IV e V — Fornecimento de mercadorias com prestação de serviços .....	478
Art. 2º, IV e V — ICMS, ISS e o conflito de competência ...	478
Art. 2º, IV e V — <i>Software</i> .....	479
Art. 2º, IV e V — Concreto em betoneira .....	480
Art. 2º, § 1º, I — Importação por pessoa física .....	480
Art. 2º, § 1º, I — Comprovação do pagamento do ICMS na importação .....	481
Art. 2º, § 1º, II — Serviço prestado no exterior e o princípio do destino .....	482
Art. 2º, § 1º, III — Petróleo e lubrificantes em operação interestadual .....	482
Art. 2º, § 2º — Natureza jurídica da operação .....	484
6. Não-incidência — o art. 3º da LC n. 87/96 .....	484
Art. 3º, I — Livros, jornais, periódicos, papel .....	486
Livro em CD-ROM .....	487
Art. 3º, II — Operações e prestações que se destinem ao exterior .....	489
Art. 3º, III — Operações interestaduais com petróleo .....	489
Art. 3º, IV — Ouro .....	490
Art. 3º, V — Mercadorias aplicadas na prestação de serviços ...	490
Art. 3º, VI — Transferência de propriedade de estabelecimento .....	490
Art. 3º, VII — Alienação fiduciária em garantia .....	491
Art. 3º, VIII — Arrendamento mercantil .....	491
Art. 3º, IX — Salvados de sinistro .....	493
7. Contribuinte — o art. 4º da LC n. 87/96 .....	494
8. Responsabilidade tributária de terceiros — o art. 5º da LC n. 87/96 .....	495
9. Substituição tributária — os arts. 6º a 10 da LC n. 87/96 .....	496
9.1. A doutrina .....	497
9.2. A jurisprudência .....	497
9.3. Extensão do regime .....	498
9.4. Base de cálculo na substituição tributária .....	498

9.5. A substituição tributária nas operações interestaduais ...	500
9.6. Restituição do excesso recolhido .....	501
10. Local da operação ou da prestação — o art. 11 da LC n. 87/96 .....	502
Art. 11, <i>caput</i> — Estabelecimento. Conceito .....	505
Art. 11, § 3º — Estabelecimento. Autonomia .....	505
Art. 11, § 5º — Armazém-geral e depósito fechado .....	506
Art. 11, § 6º — Serviço de comunicação não medido .....	506
11. Fatos geradores — o art. 12 da LC n. 87/96 .....	506
Art. 12 — Aspecto temporal da hipótese de incidência .....	508
Art. 12, I — Transferência da mercadoria .....	508
Mercadoria com serviço .....	508
Art. 12, IX — ICMS e seu recolhimento no desembaraço aduaneiro .....	509
12. Base de cálculo — o art. 13 da LC n. 87/96 .....	509
Art. 13 — Base de cálculo — generalidades .....	511
Art. 13, <i>caput</i> — Base de cálculo — deflação .....	511
Art. 13, § 1º, I — “ICMS por dentro” .....	512
Art. 13, § 1º, II, <i>a</i> — Descontos incondicionais .....	513
12.1. Juros .....	513
Art. 13, § 2º — IPI na base de cálculo do ICMS .....	514
Art. 13, § 5º — Reajuste de preço .....	514
13. Preço em moeda estrangeira — o art. 14 da LC n. 87/96 ...	515
14. Base de cálculo na falta de valor — o art. 15 da LC n. 87/96 ..	515
15. Serviço sem preço determinado — o art. 16 da LC n. 87/96 ...	516
16. Frete e empresas interdependentes — o art. 17 da LC n. 87/96 .	517
17. Arbitramento da base de cálculo — o art. 18 da LC n. 87/96 .	518
18. Não-cumulatividade do ICMS — o art. 19 da LC n. 87/96 ....	518
Art. 19 — Crédito físico e crédito financeiro .....	522
19. Compensação entre créditos e débitos — o art. 20 da LC n. 87/96 .....	523
Art. 20, <i>caput</i> — Compensação e não-cumulatividade .....	525
Art. 20, § 2º — Veículos de transporte pessoal .....	526



20. Estorno de crédito efetuado — o art. 21 da LC n. 87/96 .....	527
Art. 21 — Estorno e manutenção de créditos do ICMS .....	528
21. Crédito condicionado à idoneidade da documentação — o art. 23 da LC n. 87/96 .....	529
22. Período de apuração do ICMS — o art. 24 da LC n. 87/96 .....	530
23. Conjunto de débitos e créditos de todos os estabelecimentos da mesma empresa — o art. 25 da LC n. 87/96 .....	531
Art. 25, <i>caput</i> — Apuração conjunta de todos os estabeleci- mentos da mesma empresa .....	532
24. Regime de estimativa — o art. 26 da LC n. 87/96 .....	533
Art. 26 — Apuração pelo regime de estimativa .....	533
25. (Vetados) — os arts. 27 a 30 da LC n. 87/96 .....	534
26. Recursos que a União entregará aos Estados e aos Municípios — o art. 31 da LC n. 87/96 .....	535
27. Exportação: não-incidência e crédito — o art. 32 da LC n. 87/96 .....	535
28. Créditos sobre mercadorias para uso ou consumo, energia elétrica e ativo permanente. Termo inicial — o art. 33 da LC n. 87/96 .....	536
Art. 33, <i>caput</i> — Aplicação da técnica da não-cumulatividade ...	537
Art. 20, II — Energia elétrica .....	539
29. Distrito Federal — o art. 35 da LC n. 87/96 .....	540
30. Vigência — o art. 36 da LC n. 87/96 .....	540
31. Nota final .....	543

<b>ARTS. 63 A 67 (IOF) — PLÍNIO J. MARAFON</b> .....	545
--	-----

<b>ARTS. 68 A 70 — VITTORIO CASSONE</b> .....	555
---	-----

<b>ARTS. 71 A 73 (ISS) — CARLOS VALDER DO NASCIMENTO</b> .....	557
--	-----

1. O Decreto-Lei n. 406, de 31-12-1968 .....	557
2. A LC n. 116, de 31-7-2003 .....	558
2.1. Breves considerações .....	558
2.2. Competência tributária .....	558
3. Conceito e natureza jurídica de imposto .....	559
3.1. Conformação legal e constitucional .....	559

3.2. Noção de serviço .....	561
3.3. Local da prestação de serviço .....	563
4. Breve histórico .....	564
5. Estrutura do fato gerador .....	566
5.1. Material .....	568
5.2. Pessoal .....	568
5.2.1. Sujeito ativo .....	568
5.2.2. Sujeito passivo .....	568
5.3. Temporal .....	571
5.4. Espacial .....	572
6. Base de cálculo .....	572
7. Alíquotas .....	574
8. Lançamento tributário .....	575
9. Imunidade .....	576
9.1. Pessoas políticas .....	578
9.2. Templos de qualquer culto .....	579
9.3. Partidos políticos, entidades sindicais e instituições de educação e de assistência social .....	579
9.4. Livro, jornal, periódico e papel .....	582
10. Isenção .....	583
11. Cadastro de contribuinte .....	585
12. Ética do poder de tributar .....	585
13. Lista de serviços .....	587
<b>ARTS. 74 E 75 — CLÁUDIA FONSECA MORATO PAVAN</b> .....	601
Art. 74 .....	601
Jurisprudência .....	610
Art. 75 .....	612
Jurisprudência .....	624
<b>ART. 76 — PAULO LUCENA DE MENEZES</b> .....	627
1. Antecedentes .....	627
2. O art. 76 e a CF/88 .....	628
3. Estado de guerra externa ou sua iminência .....	629
4. Princípios tributários .....	630
5. Competência tributária .....	630
6. Temporário .....	631

<b>ARTS. 77 A 80 (TAXAS) — AIRES F. BARRETO</b> .....	633
1. As taxas na Constituição .....	633
1.1. Seu processo de criação tem início na Constituição .....	633
1.2. Arquétipo constitucional das taxas .....	634
1.3. Limitações constitucionais .....	635
1.4. Limitações ao tráfego e pedágio .....	636
1.5. Base de cálculo .....	638
1.6. A imunidade pode, excepcionalmente, abranger as taxas .....	639
1.7. A União não pode conceder isenção de taxas estaduais, distritais ou municipais .....	639
1.8. Delegação da capacidade tributária ativa .....	640
2. As taxas no Código Tributário Nacional .....	640
Art. 77, “caput” .....	641
2.1. Introdução .....	641
2.2. As espécies previstas na Constituição, reproduzidas no Código Tributário Nacional .....	642
2.2.1. Taxas pelo exercício do poder de polícia .....	643
2.2.2. Taxas pela utilização de serviços públicos .....	644
2.3. Classificação das taxas .....	647
Art. 77, parágrafo único .....	649
2.4. Base de cálculo das taxas .....	649
Art. 78 .....	661
2.5. Poder de polícia .....	661
Art. 79 .....	663
2.6. Utilização compulsória .....	664
2.7. Serviço específico e divisível .....	665
Art. 80 .....	667
2.8. Competência .....	667
 <b>ARTS. 81 E 82 (CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA) — AIRES F. BARRETO</b> .....	 669
1. Histórico .....	669
1.1. Ontem .....	669
1.2. Hoje .....	672
2. Aspectos jurídicos .....	673
2.1. Contribuição de melhoria: arquétipo constitucional .....	673
2.2. Hipótese de incidência da contribuição de melhoria .....	678



2.2.1. Aspecto material .....	679
2.2.2. Aspecto espacial .....	683
2.2.3. Aspecto temporal .....	683
2.2.4. Aspecto pessoal .....	686
2.2.5. Aspecto quantitativo .....	687
2.2.5.1. Base de cálculo da contribuição de melhoria .....	687
2.2.5.2. Alíquota .....	694
<i>Arts. 81 e 82</i> .....	696
3. Os arts. 81 e 82 do CTN e o Decreto-Lei n. 195/67 .....	697
4. Aspectos pragmáticos .....	698
4.1. O fenômeno da valorização imobiliária .....	698
4.1.1. A atuação do Poder Público .....	698
4.1.1.1. Realização de obras públicas .....	698
4.1.1.2. Influência de medidas de natureza legal ..	699
4.1.2. A atuação conjunta: Poder Público e particulares	699
4.1.2.1. Crescimento vegetativo .....	699
4.1.3. A atuação do particular .....	700
5. Pseudovalorização .....	700
6. Determinação da base calculada .....	700
7. O momento adequado da cobrança .....	701

<b>ARTS. 83 A 95 (DISTRIBUIÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS) — ANTÔNIO JOSÉ DA COSTA</b> .....	703
1. Introdução .....	703
2. O Código Tributário Nacional e as Constituições posteriores ...	706
<i>Art. 83</i> .....	706
<i>Art. 84</i> .....	708
<i>Art. 85, “caput”, e I</i> .....	710
<i>Art. 85, II</i> .....	711
<i>Art. 85, § 1º</i> .....	712
<i>Art. 85, § 2º</i> .....	713
<i>Art. 85, § 3º</i> .....	713
<i>Art. 86, “caput”</i> .....	714
<i>Art. 86, parágrafo único</i> .....	715
<i>Art. 87</i> .....	716
<i>Art. 88</i> .....	717
<i>Art. 89</i> .....	718

<i>Art. 90</i> .....	718
<i>Art. 91</i> .....	719
<i>Art. 92</i> .....	723
<i>Art. 93</i> .....	723
<i>Art. 94</i> .....	724
<i>Art. 95</i> .....	726